



Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

**Impresso
Especial**

1000014810-DR/BSB
Sindjus-DF

/// CORREIOS ///

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Ano XVI - Nº 49 - Junho de 2008



DELEGADOS SINDICAIS

Os ouvidos, os olhos e
a voz do sindicato

*Dia 24 de junho tem eleição
para o Conselho de Delegados
Sindicais de Base. Como
servidor do Poder Judiciário
ou do MPU, associado ao
Sindjus, você pode contribuir
com esse processo que, além
de fortalecer o sindicato e a
categoria, contribui para o
desenvolvimento da cidadania.*

Calendário de Eleição dos Delegados Sindicais

15/05/2008

EDITAL

30/05 a 14/06

INSCRIÇÃO

16/06 a 20/06

DIVULGAÇÃO

24/06

ELEIÇÃO

26/06

POSSE

DELEGADO SINDICAL

Segundo a definição clássica, delegado é aquele que recebeu a incumbência de alguém para o representá-lo. Pois bem, o delegado sindical de base é o servidor que foi eleito por seus colegas para integrar o Conselho de Delegados Sindicais, um órgão colegiado que faz parte da estrutura do Sindjus. Ele é formado por todos os diretores da entidade e pelos delegados eleitos pela categoria, em cada local de trabalho. Instituído pelo Estatuto do Sindjus, em 2002, os delegados têm mandato de um ano e seis meses.

A IMPORTÂNCIA

Imagine duas cidades vizinhas. Além da proximidade, elas têm várias características em comum, mas para um maior desenvolvimento precisam de uma ponte que una seus habitantes. Esse simbolismo deve ser incorporado ao universo dos delegados sindicais, que atuam como pontes entre o sindicato e a categoria. É preciso que essa ponte facilite a troca de informações, o convívio e, sobretudo, a união entre os dois lados da luta.

No entanto, essa ponte não é fixa. É móvel, viva, dinâmica e de mão-dupla. Dessa forma, o delegado auxilia no estabelecimento de diretrizes da entidade sindical, socializa as experiências do seu local de trabalho, traz as necessidades específicas, acompanha as demandas jurídicas, trabalhistas e culturais dos servidores.

AS MISSÕES

Como parte deste organismo vivo, chamado sindicato, o delegado tem três missões fundamentais: ouvir, observar e falar à categoria.

Ouvidos: Como uma ouvidoria viva e itinerante, os delegados sindicais assumem o papel dos "ouvidos" do Sindjus. Na função de ouvidores, são responsáveis por ouvir as críticas, sugestões e dúvidas dos servidores, bem como a realidade em que eles se encontram e encaminhar o resultado desta "audição" ao sindicato, para que sejam tomadas as medidas necessárias.

Olhos: Como estão presentes em todos os lugares, durante todos os dias, os delegados sindicais atuam como os "olhos" do sindicato, fiscalizando as relações de trabalho, observando as políticas desenvolvidas pela administração do órgão diagnosticando possíveis irregularidades e informando ao sindicato tudo o que foi visto.

Voz: Como parte direta do Sindjus, os delegados têm a missão de informar e explicar à categoria os trabalhos do sindicato, como ações, reuniões

DELEGADOS SINDICAIS

Os ouvidos, os olhos e a voz do sindicato

e mobilizações, sendo a "voz" permanente do Sindjus que alcança cada servidor. É papel dos delegados levar palavras de ordem e de tranquilidade à categoria.

OS PAPÉIS

Representação: O delegado representa seus colegas de trabalho, sendo porta-voz de suas necessidades e interesses.

Politização: O delegado tem o poder de formar opinião e despertar a consciência crítica e social de seus colegas.

Construção: O delegado assume as responsabilidades surgidas para a edificação de um ambiente de trabalho digno.

Estimulação: O delegado cumpre o papel de sedimentar um grupo de pessoas, mantendo uma equipe unida e forte, em torno das atividades sindicais.

AS QUALIDADES

Credibilidade: É preciso que o delegado saiba, por meio de suas ações, cultivar a confiança de seus pares para manter sua legitimidade junto aos servidores.

Envolvimento: É necessário que o delegado esteja envolvido em todas as lutas e necessidades, de modo a ser visto como uma referência do sindicato para seus colegas.

Responsabilidade: É fundamental que o delegado equacione o sindicato e a categoria em sua vida, de modo a cumprir os compromissos que tem com ambas as partes.

MOTIVO DE ORGULHO

Ser delegado sindical é motivo de orgulho para qualquer profissional sindicalizado, posto que seu trabalho fortalece a categoria, redimensionando suas lutas e impulsionando a cidadania e a transformação social que tanto desejamos.

Concorrer a uma vaga de delegado sindical ou, simplesmente, votar em um é um passo importante na vida de todos. É preciso ter vocação para ouvir, observar e falar e também ter pré-disposição para se envolver por inteiro em lutas e sonhos coletivos.

PARA VOTAR...

Basta o associado, na data da eleição, ter mais de 60 dias de filiação (a partir de 24 de março de 2008), estar quite com as mensalidades sindicais até 30 dias antes da eleição e estar no gozo dos direitos sociais previstos no Estatuto do Sindjus.

PARA SER CANDIDATO...

Basta ter se filiado até o dia 26 de abril de 2008.



SDS Ed. Venâncio V Bl. R
Salas 108 a 114
CEP 70393-900 – Brasília – DF
PABX (61) 3224 - 9392
www.sindjusdf.org.br

Coordenadores-gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato (MPDFT)
Roberto Policarpo Fagundes (TRT)
Wilson Batista de Araújo (TRE/DF)

Coordenadores de Administração e Finanças

Berilo José Leão Neto (STJ)
Cledo de Oliveira Vieira (TRT)
Jailton Mangueira de Assis (TJDF)

Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

Eliza de Sousa Santos Ávila (STF)
José Oliveira Silva (TJDF)
Newton José Cunha Brum (TST)

Coordenadores de Formação e Relações Sindicais

Carlos Alberto de Araújo Costa (TJDF)
Eliane do Socorro Alves da Silva (TRF)
Raimundo Nonato da Silva (STM)

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Orlando Noleto Costa (TSE)
Sheila Tinoco Oliveira Fonseca (TJDF)
Valdir Nunes Ferreira (MPF)

Redator responsável

TT Catalão
Reg. Prof. 685-DF

Textos

Daniel Campos
Eunice Pinheiro

Revisão

Patcha Comunicação

Fotos

Mizael
Valcir Rosa

Projeto Gráfico

EXTREMA
3033-5255

Tiragem

12.000 exemplares



CARTAS

Quero dar os parabéns ao Sindjus e a toda categoria pelos 18 anos de conquistas. Estou filiado há metade desse tempo (9 anos), mas posso assegurar que a história desta entidade, além de muito bonita, é de muita valia para nós, servidores públicos. Desejo vida longa ao sindicato e uma estrada cheia de conquistas pela frente.

Leonardo Lima, STJ

Participei ativamente da mobilização pela aprovação do PL 3248/04 e posso falar que sem o Sindjus não teríamos conseguido essa vitória. Entendendo a realidade da nossa categoria, o sindicato encampou a nossa bandeira e partiu rumo à vitória. Com essa aprovação, os servidores do TJDF sairão da sobrecarga de trabalho a que estão impostos atualmente e terão melhores condições de trabalho.

Sandra Neves, TJDF

Gostaria de parabenizar o sindicato por essa bela iniciativa de criar a TV Sindjus. Sem dúvida, mais uma ótima opção para que os servidores do Judiciário e MPU fiquem a par dos temas importantes que envolvem nossa categoria. Eu, aqui de Salvador, ao ficar sabendo dessa iniciativa, não perdi tempo e já assisti a todos os vídeos. Confesso que estão um melhor que o outro.

Cristiano Luis Matsumoto, TRT-05/BA

Escrevo para pedir que a luta pela aprovação do PL 319/07 mobilize toda a categoria. O sindicato, pelo que tenho acompanhado nas publicações e na página eletrônica, tem pressionado os parlamentares. Mas acredito que falta o apoio, em massa, da categoria para viabilizarmos essa conquista. Vamos invadir o Congresso, vamos estender nossas faixas, vamos fazer barulho, vamos convencer os deputados de que esse projeto é importante para a nossa categoria. Sou técnico e luto pelo adicional de qualificação.

Henrique Miranda, TRE

Comentava esses dias com minha esposa se o sindicato iria repetir o sucesso das comemorações do aniversário do ano passado e realizar quatro festas. Em 2007, fomos à seresta. Pelo que conferi na edição anterior e, posteriormente, no site, não fui só eu quem aprovou esse modelo de comemoração que engloba todos os estilos. O Sindjus, até nas festas, pensa de forma democrática.

Fábio, PGR

Bela iniciativa a de associar o V Congresso do Sindjus ao aniversário de vinte anos da Constituição. É de muito proveito para nós, servidores, termos um material tão rico, como foi a revista da edição passada, falando sobre a nossa Carta Maior. Além de informativo, a revista teve um tom crítico, ideal para o despertar de consciências.

Fátima Aparecida, TST

Ao ouvir os candidatos ao cargo de Procurador-Geral do MPDFT, o Sindjus coloca em pauta os interesses dos servidores. Os candidatos traçam sua plataforma com base nos procuradores e nos promotores e se esquecem da importância dos servidores para o órgão. Embora não possamos votar, devemos ser contemplados em suas propostas.

Fernanda, MPDFT

Prestigiei o lançamento do livro do professor José Geraldo, que escreve nesta revista. Sempre leio a coluna do professor e achei edificante a iniciativa de transformar tamanho conteúdo em livro. "Idéias para a Justiça e para a Cidadania" deveria ser distribuído nas escolas.

Mariana Muniz, TSE

Estou na torcida para que o STF acate o requerimento administrativo do Sindjus e reveja sua decisão, reconhecendo que, antes da publicação da Medida Provisória 431, o período de duração do estágio probatório era de 24 meses. É uma injustiça o que esse pessoal faz com quem está no início da carreira.

Bruno Santos, STF

Envie seus comentários ou sugestões de pauta para

cartas@sindjusdf.org.br

CARTA AO LEITOR



O despertar da consciência cidadã

Teve vibração e nervos à flor da pele. Teve lágrimas de apreensão e de felicidade. Teve grito e silêncio em um mesmo rosto. Teve muita caminhada e emoção. Muitos dizem que a vitória, depois de muita luta, fica mais saborosa. E não faltou sentimento de luta nos vários corações guerreiros que acompanharam a campanha do PL 3248/04. Uma campanha que, graças ao empenho daqueles que atenderam ao chamado do Sindjus, se tornou vitoriosa e saiu das nossas mãos para entrar para a história da classe trabalhadora.

O PL 324804 foi aprovado no dia 20 de maio, por unanimidade, quase dois meses depois de uma mobilização intensa, dia após dia. Perdi a conta das ligações e das reuniões feitas com parlamentares e membros do Judiciário na tentativa de costurar a aprovação do projeto e saber mais detalhes sobre seu andamento. Bati em todas as portas possíveis e impossíveis para pedir apoio a essa causa, tanto que deputados da oposição e da situação se uniram em torno do apelo feito por este sindicato. E fiz isso com a consciência de que essa questão não era específica do sindicato, ao contrário, beneficiava toda a população.

O que mais me chamou a atenção foi um grupo de servidores e concursados do TJDF, que por maiores os obstáculos que apareciam pelo caminho, nunca perdeu a esperança. E além de me alimentar desse desejo de vencer, eu aprendi muito com eles. Na prática, vivemos um sonho coletivo. Com a aprovação do PL, os servidores do TJDF teriam melhores condições de trabalho, os últimos concursados seriam nomeados e a sociedade ganharia uma justiça mais ampla e de maior qualidade. Uma verdadeira revolução na organização da justiça no Distrito Federal.

No entanto, as mobilizações pela aprovação do projeto foram dominadas por servidores e concursados. Mesmo sendo beneficiada diretamente com a aprovação desta matéria, a sociedade não participou ativamente da luta. Vencemos, mas se os cidadãos tivessem aderido a nossa luta, também teríamos conseguido uma outra vitória: o despertar da consciência cidadã. Se isso tivesse acontecido, o Brasil que queremos estaria mais próximo da realidade. Enquanto esse Brasil não chega, cabe a nós, servidoras e servidores do Judiciário e do MPU, trabalhar para o despertar dessa consciência em cada cidadão. O desafio é imenso, mas pode estar certo de que o sabor dessa vitória será inesquecível.

Roberto Policarpo
Coordenador-geral do Sindjus



José Geraldo de Souza Junior
Professor e ex-diretor da Faculdade de Direito da UnB,
coordena o Projeto "O Direito Achado na Rua"

Universidade Popular e Gestão Compartilhada da Educação

As recentes ocupações de Reitorias por estudantes da USP e da UnB trouxeram à tona temas que sempre fizeram parte da pauta de reivindicação do movimento estudantil e que, agora, a partir dos compromissos assumidos para a superação dos impasses gerados por sua ação política, ganham surpreendente força: a recuperação da idéia de universidade popular e a exigência democrática de gestão paritária das instituições de ensino superior.

Em encontro preparatório para o V Congresso da USP – "Da Universidade que temos à Universidade que queremos", debati com os acadêmicos do Largo São Francisco o tema "O que é a Universidade Popular?", colocado pelos estu-

dantes de direito na agenda do Congresso, convocado em razão dos compromissos negociados após a ocupação da Reitoria daquela Universidade.

Os pontos que apresentei para a discussão correspondem em seus fundamentos às expectativas dos estudantes que defendem uma Universidade Popular, aberta à cidadania, preocupada com a formação crítica dos acadêmicos e mais democrática. São pontos que coincidem com os da pauta apresentada na UnB, também após a ocupação da Reitoria, pedindo, igualmente, uma universidade mais democrática, inclusiva e participativa, a instalação de um congresso estatuinte e a adoção do princípio paritário para a eleição de dirigentes e para a gestão da Universidade.

Sobre o primeiro ponto, lembrei a proposta apresentada por Boaventura de Sousa Santos, ao terceiro Fórum Social Mundial, de uma Universidade Popular dos Movimentos Sociais, cujo objetivo, segundo ele, seria o de "proporcionar a autoeducação dos ativistas e dirigentes dos movimentos sociais, dos investigadores e artistas empenhados na transformação social progressista, colocando em debate a concepção de "Universidade Popular" sendo entendida já não no sentido, diz ele, de universidade operária, como as que proliferaram na Europa e na América Latina, no início do século XX, identificadas com iniciativas de

partidos comunistas e outras organizações de esquerda, mas antes "para transmitir a idéia de que, depois de um século de educação superior elitista, uma universidade popular é necessariamente uma contra-universidade".

O primeiro modelo, originado de uma concepção anarquista e de uma pedagogia libertária, se inseria no bojo da proposta de autogestão operária, como meio de criar novas formas de organização dos trabalhadores para a gestão da produção e da vida social, priorizando a "Universidade Popular" para o ensino superior, considerando a relevância que esse movimento atribuía ao processo educacional, como estratégia fundamental para a perspectiva libertária que preconizava. Com efeito, os anarquistas distinguiram duas formas principais de luta: as greves e a imprensa como expressão de uma plataforma cultural para o desenvolvimento de uma prática educativa baseada na liberdade.

O novo modelo já se apresenta como uma proposição que interpela a universidade convencional para que ela se abra a novos modos de ingresso e de inclusão de segmentos dela excluídos, a exemplo das ações afirmativas e da formação de turmas especiais que têm servido a assentados e beneficiários da reforma agrária ou ainda, a redesignação da base epistemológica da formação como se dá com a experiência de "O

Direito Achado na Rua", no âmbito dos cursos jurídicos.

Na pauta, hoje em debate na UnB, o centro é o da democratização universitária por meio da aplicação do princípio da co-gestão paritária para escolha de dirigentes e para a administração da Instituição e de seus órgãos deliberativos. A co-gestão compartilhada é, sem dúvida, um avanço. E não é incompatível com estruturas fundadas no princípio hierárquico do mérito. O Professor Roberto Lyra Filho da UnB, no começo dos anos 1990, já sustentava que "ela não pode ser programada para amanhã; mas é indispensável que seja, desde logo, fixada como objetivo, a fim de que todo plano de reforma seja obrigado a definir etapas, naquela direção".

O debate, certamente vai mostrar que é possível encontrar medidas ponderadas e circunstancialmente determinadas para a sua implementação pactuada. Como lembrava ainda Lyra Filho, "é claro que não se pode resolver um problema científico pelo voto, mas pode-se determinar pelo voto paritário a direção dos programas, a distribuição das verbas, a administração e, em geral, o destino da instituição".

O certo é que na UnB, hoje, não haverá superação de crise sem um entendimento mínimo acerca deste fundamento da gestão universitária, que tem como horizonte a paridade e como ponto de partida a gestão compartilhada.

18 anos de conquistas, proteção e amizade

Dezoito anos é um feito que simboliza amadurecimento, independência, mudança. Para os casados, tal data representa bodas de turquesa. É válido dizer que a turquesa, a pedra da sorte para os turcos, significa proteção, conquista e amizade. Dezoito anos usufruindo dessas virtudes. Coincidentemente, esse é o sentimento que povoa aqueles que estão filiados ao Sindjus desde 1990, ano de sua fundação. São mais de oitocentas pessoas caminhando ao lado do sindicato esse tempo todo. E muitas delas, participando de sua construção contínua.

Carlos Alberto Quaresma, servidor do Fórum de Sobradinho, recorda-se com emoção do nascimento do sindicato: "Fui uma das dez pessoas que assinaram o documento para registrar o sindicato junto ao cartório. O Sindjus nasceu em 1990, mas sua fase embrionária começou em 1987, em uma salinha do Tribunal de Justiça, em uma reunião entre a associação do TJDFT e do TRT. Foi aí que começou a discutir a formação de um sindicato em pleno cenário da ditadura militar, onde



Quaresma, TJDFT: "É mais do que importante ser filiado"

muita coisa não podia ser realizada. Mas mesmo sob o regime, era momento de lutar por nossos direitos".

"Não tínhamos quem nos representasse de forma unificada e ampla. As associações dentro dos órgãos não tinham essa força toda. Precisávamos de alguém que defendesse o servidor em âmbito global. Foi então que começamos a amadurecer essa idéia, gerando o que podemos chamar de embrião sindical. Eu me sinto

um privilegiado por ter participado de tudo isso e por estar filiado há 18 anos. Ser filiado é mais do que importante. Tenho muito orgulho disso", explica Quaresma.

Athaulpa Fonseca, do TRT, também se recorda dessas reuniões: "Eu não liderei o movimento pela criação do sindicato, mas participei de muitas reuniões com servidores do próprio TRT, do TST, do TSE e do STJ para discutir a criação de um sindicato.

Isso era lá pelos idos de 1987, 1988. O que motivava essas reuniões era a necessidade de uma força de classe. Os órgãos eram muito individuais, e já havia lutas internas, processos administrativos, ou seja, a necessidade de unificação. Eram poucas pessoas, cerca de 12, 15, que participavam dessas reuniões. Foram esses corajosos que ergueram essa bandeira que culminou com a criação do Sindjus, em 1990. Embora, como disse,



Marly, do MPF: "Não largo o Sindjus por nada"

não tenha liderado essas reuniões, tenho muito orgulho de ter participado das discussões e me filiado já em 1990", destaca.

Muitas vezes a expressão "filiação", causadora de orgulho para servidores, passa despercebida em nosso cotidiano. Você já parou para pensar no significado impresso na palavra "filiação", ou melhor, na expressão "ser filiado". Em alusão às comemorações dos nossos 18 anos, vamos discorrer um pouco sobre isso. Para começar, vamos até a Grécia Antiga. Lá verificamos que filiação tem origem na expressão "φιλία". Como? Calma, vamos traduzir essa simbologia grega toda para o latim: eis que surge a expressão *philia*, que soa muito mais familiar em nossos ouvidos. Os gregos costumavam dizer que duas pessoas que compartilham um mesmo interesse têm *philia*.

De fato, a exemplo do nosso caso, isso é verdadeiro porque somente interesses em comum podem unir cerca

de dez mil pessoas de diferentes origens, classes, cores, credos, idades em torno de um mesmo instrumento de luta, chamado sindicato. Portanto, podemos dizer que o sindicato é o lugar em que se estabelecem laços de solidariedade, de amizade e de busca do bem comum.

Segundo Platão, esse bem comum é o que há de mais supremo. Portanto, veja o valor atribuído à *philia* e, por conseguinte, à filiação. Temos nela uma forma unificadora, que harmoniza e unifica os homens. O pensador grego é enfático ao dizer que é esse bem que todo ser humano deve buscar. Ou seja, filiar-se ou ser filiado é necessário para buscar um bem maior: a amizade. Para confiar, entregar suas demandas nas mãos de outra pessoa, seguir os passos que lhe são aconselhados é preciso haver amizade. Trata-se de uma relação de intercâmbio: eu te dou e eu recebo, compartilho o que eu sou e recebo o que tu és. Nada mais apropriado para

traduzir o nosso conceito, afinal o sindicato é reflexo de seus filiados.

"Eu não largo o Sindjus por nada, pois confio muito no sindicato". Essa é a demonstração clara dessa confiança, expressa pela servidora aposentada do Ministério Público Federal, Marly Bezerra Batista. Ela recorda que a união com o Sindjus aconteceu quando os servidores do Ministério Público estavam lutando pela primeira gratificação, para equiparar o salário do MPU com o do Poder Judiciário. Foi feita uma reunião e ficou decidido que o melhor para os servidores seria se unir ao Sindjus.

"Dessa decisão, nasceu o primeiro sindicato unificado do país, com servidores do Judiciário e do Ministério Público caminhando juntos. Um marco. Uma conquista. Algo para ser comemorado, afinal o sindicato unificado é um instrumento de luta muito importante para todos. Tenho muito orgulho de ser parte desta união histórica, que se confunde com a

redemocratização brasileira", garante Marly.

Uma conquista lembrada com muito carinho por esses três servidores, como um marco, foi a luta em torno do primeiro Plano de Cargos e Salários para o Judiciário e para o Ministério Público. "Se há um momento ímpar para indicar a criação de uma identidade própria do sindicato, o momento foi esse, a luta pelo primeiro PCS", afirma Marly. "O primeiro PCS foi um marco, uma revolução. Afinal, foi a primeira paralisação na nossa categoria. Isso conscientizou muitos servidores", lembrou o servidor do TJDF. Já para Fonseca, o primeiro PCS demonstrou a dimensão do sindicato. "Ainda faltava muito para o sindicato crescer, evoluir, mas naquele momento ele mostrava a sua força. E uma força que impressionava", frisou o servidor do TRT.

Para Fonseca, outra conquista importante do sindicato se deu em torno do diálogo. "O Sindjus hoje é uma força política que dialoga com a categoria, com outras entidades e com todas as esferas dos três poderes. O sindicato conquistou muito de sua evolução estruturada nessa questão de abrir portas, de negociar, de provocar. Um verdadeiro mediador que inspira confiança". Quaresma também expõe que há uma questão cultural importante por trás desses 18 anos. "Hoje, a cultura sindical é muito mais aceita que há 18 anos. Gradativamente, o Sindjus mostrou sua importância no cenário político brasileiro, derrubando muitos tabus e consolidando sua imagem de ator social. E isso foi cativando os servidores, gerando confiança".

Segundo Aristóteles, além

da confiança, a convivência é uma necessidade fundamental para a existência da *philia*.

De fato, o sindicato só foi capaz de ter uma trajetória vitoriosa porque soube conhecer o que pensa, o que quer, o que deseja, enfim, o que passa pela cabeça do filiado. Esse conhecimento é responsável pela duração da *philia*, já que para fazer o bem a alguém você precisa conhecer a realidade deste alguém.

E esse processo precisa estar em constante movimento, visto que a realidade é dinâmica. Para o servidor do MPF, Rildo Brito Costa, que se filiou ao Sindjus no dia 18 de junho de 1990, o sindicato precisa, assim como toda relação existente, estar sempre em processo de aprimoramento, em razão das adversidades presentes na realidade. "O Sindjus começou tímido e no começo, como se sabe, tudo é difícil. Ainda mais porque vivíamos um cenário externo de grande agitação, com o fim da ditadura e a ebulição vinda do governo Collor. Depois de muitas lutas e aprendizados, o sindicato, hoje, está mais encorpado, mais maduro".

Mesmo tendo vivenciado alguns episódios de conflito de pontos de vista, normal em toda convivência, Rildo nunca se desfilou. Ao contrário, permaneceu fiel no trabalho de construção coletiva das conquistas e na busca por um horizonte melhor.

E qual é esse horizonte? A felicidade, o bem comum. Segundo os pensadores, a *philia* é necessária como meio para atingir a felicidade. Por isso, podemos dizer que a filiação é um movimento, a busca incessante do homem pelo bem. "O Sindjus só quer o bem da gente. Além das lutas coletivas, sempre precisei da assessoria jurídica do

sindicato e eu nunca recebi um não", afirma o servidor do STF, Bento Alves de Melo.

"Mesmo sem ter esse perfil de fazer greve, o Sindjus sempre conseguiu mobilizar a nossa categoria, seja na questão da guerra salarial (para termos os reajustes necessários) ou em outras questões relevantes para a nossa carreira. O sindicato nos leva a sério, fortalecendo as nossas lutas por melhores condições de trabalho e por maior qualidade de vida", destaca Bento.

Não é possível existir uma comunidade que não seja baseada na amizade, pois essa tende para aquilo que é o bem e este une os homens. Segundo a teoria, só os povos auto-suficientes não têm nenhuma necessidade de coletividade. Afinal, já têm para si todos os bens, não tendo necessidade de mais nada. Mas a sociedade ainda não chegou neste estágio de auto-suficiência, a ponto de contrariar sua essência que é social. Estar filiado é uma forma de se libertar da vulnerabilidade externa,

sentindo-se mais forte e seguro na busca pelo bem comum. Os nossos 18 anos de história mostram que as conquistas só são possíveis por meio da mobilização.

Para Marly, o Sindjus trabalha muito. "O sindicato está sempre atuante, conscientizando e mobilizando a categoria. O sindicato está sempre trabalhando com o nosso nome. Na verdade, a nomenclatura Sindjus é feita de milhares de nomes. O meu é um deles. E essa capacidade de agregar é de muito proveito em nossas lutas, que são fortalecidas pela atuação do sindicato. Sou aposentada, mas acompanho o trabalho do sindicato sempre e sou testemunha de que ele evoluiu muito. De verdade, sinto-me beneficiada pela atuação do Sindjus", afirma.

Quaresma, que participou da fase embrionária do Sindjus, celebra agora a emancipação do sindicato. "Durante esses 18 anos cuidamos do sindicato como se fosse um filho. Agora, os 18 anos indicam sua emancipação. Só

que para que ele continue evoluindo é necessário que a categoria participe de forma mais efetiva, mobilizando-se e contribuindo com a diretoria. Depois que me converti evangélico, em 2004, comecei a solicitar junto aos diretores algo voltado para o nosso público e fui atendido com duas lindas festas gospel nas comemorações dos 17 e 18 anos do sindicato. É muito bom termos esse retorno do sindicato, essa relação de amigos", frisa.

Segundo Bento, "no Sindjus, diferente de outras entidades, existe uma relação de afeto, da secretária aos coordenadores a gente tem acesso, diálogo e um sentimento mútuo de respeito. Não há relação de poder e sim de amizade. Isso faz toda a diferença e nos mantém filiados." Depois das linhas acima, "amizade", "conquista" e "proteção" surgem como palavras-chave que estão presentes no significado, não só da pedra turquesa e do conceito de *philia*, mas na relação diária de filiação entre o sindicato e os servidores.



Fonseca, do TRT: "Nesses 18 anos, vivemos muitos êxitos, muitas conquistas ao lado do Sindjus".

Debate de idéias marca o V Congresso

O Parlamento Mundial da Fraternidade Ecu-
mênica, o Parlamundi,
nos dias 8, 9 e 10 de maio,
presenciou um pluralismo
de idéias voltado para os
servidores do Judiciário e do
Ministério Público da União
no Distrito Federal. O V Con-
gresso do Sindjus foi um mar-
co, sobretudo, de idéias. Ao
inovar e celebrar os vinte anos
da Constituição, por meio de
uma discussão crítica sobre

a ampliação de direitos, o
sindicato garantiu subsídios
para centenas de delegados
presentes. Marcadas, muitas
vezes, pela emoção, as pales-
tras edificaram um caminho a
ser percorrido pelos servidores
na construção de um Plano de
Carreira digno, de uma cate-
goria mais forte e de um mundo
melhor. Acompanhe trechos
deste debate de idéias, ou
melhor, deste Congresso que
entrou para a nossa história.



Sepúlveda Pertence, ministro e
ex-presidente do STF

SEPÚLVEDA PERTENCE, MINISTRO E EX- PRESIDENTE DO STF

"Sou testemunha das
ações do Sindjus, que têm
servido de manifestação
absolutamente legítima na
busca por melhores con-
dições de trabalho e pela
construção de uma carre-
ira digna. Devo dizer que o
custo da implantação dos
novos direitos sociais são
os mais angustiantes. Os
direitos têm um custo que

é preciso assegurar para
construir. Eles não caem
de árvores ou brotam do
chão, eles têm um custo.
Então, nos vemos diante
de direitos sociais mínimos
que é a chamada reserva
do possível. Os desafios
são muito difíceis de serem
vencidos na implementação
desses direitos em um Esta-
do pobre, como o nosso. Da
minha parte, testemunho de
um velho combatente, estou
convencido de que qualquer
retrocesso constitucional
não leva a nada. Essa é a ex-
periência da minha geração,
que lutou por uma socie-
dade mais igual, mais justa
e mais democrática. Nós
lutamos contra a ditadura,
agora, a luta deve se dar no
espaço do debate, como
acontece neste Congresso".



Hermes Zaneti, constituinte

HERMES ZANETI, CONSTITUINTE

"Estamos vivendo o mais
longo período de liberdade
democrática, desde a inva-
são do Brasil, em 1500. Mes-
mo assim, tivemos muitos
ataques e agressões à Cons-
tituição nos últimos anos.

A avalanche de emendas
não consolida direitos, tam-
pouco efetiva conquistas. O
Congresso Nacional ainda é
uma pirâmide invertida. Os
interesses dos trabalhado-
res ainda não estão entre
as prioridades. Devemos
estar presentes lá, com de-
legação popular. É preciso
formar uma consciência
política na sociedade. Por
isso, defendo o voto descon-
stituente, que é o direito do
eleitor em cassar o voto do
deputado que elegeu e não
cumpriu suas promessas de
campanha. Estamos sempre
construindo a democracia.
No dia em que falarem que
a democracia está pronta,
estaremos perdidos".



Ulisses Riedel, fundador e
diretor técnico do Diap

ULISSES RIEDEL, FUNDADOR E DIRETOR TÉCNICO DO DIAP

Com inteligência e tra-
balho podemos transformar
o mundo. Temos poten-

cial para, por meio de uma
pressão democrática, con-
quistar tudo o que quere-
mos. Este Congresso tem a
importância de fazer com
que a sociedade compreen-
da o que está acontecendo
e interfira nos resultados
do cotidiano. Se nós nos ca-
pacitarmos, atuando com
muita civilidade e firmeza,
conquistaremos nossos ob-
jetivos que são o de garantir
os direitos e ampliar as con-
quistas da classe trabalha-
dora. Esse mundo depende
da atuação individual de
cada um de nós. Cada um
de nós é individualmente
responsável pelo mundo
que está aí".



Cristiano Paixão, Procurador
do Trabalho

CRISTIANO PAIXÃO, PROCURADOR DO TRABALHO

"A Constituição, antes
de ser texto, é um processo
que se realiza no futuro, e
nunca se realiza plenamen-
te. No entanto, a diferen-

ça entre os que queriam
a Constituição, como um
instrumento de transição,
e os que viam nela uma
ruptura, continua presente
em nosso meio. Os que a
queriam apenas como uma
continuação continuam a
tentar deformá-la. Não se
pode falar na Constituição
apenas como o passado, a
gente faz história com olhar
no futuro. E quem quer
viver a Constituição como
ela é não pode ter medo do
futuro. Quanto mais enten-
demos que a Constituição
fundou um novo tempo,
mais consolidaremos o que
ela diz. Ela sozinha não
muda nada, não faz nada,
mas permite que por meio
dela se faça tudo".



Estefânia Viveiros, presidente
da OAB/DF

ESTEFÂNIA VIVEIROS, PRESIDENTE DA OAB/ DF

"Crítico, sonhar, pensar
a Constituição, o que se

pode e que se quer conquis-
tar. Esses são elementos
que unem a família forense.
E nessa família, os servido-
res exercem papel funda-
mental na concretização
de um atendimento jurisdic-
cional pleno e de qualidade.
Precisamos profissionalizar
o serviço público, construir
um plano de carreira justo
para a categoria, combater
a ocupação desordenada
dos cargos comissionados
e promover uma jornada
de trabalho justa. A luta por
uma jornada menor é uma
luta social que trará ganhos
para todo o país.

JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO, ADVOGADO E ASSESSOR JURÍDICO DE SINDICATOS LIGADOS À CUT

"O que eu faço no ambien-
te de trabalho é uma forma

de consolidar a Constituição.
Realizar e concretizar a Cons-
tituição é algo que está pró-
ximo de nós. Essa realização
é sempre produto da ação
dos atores sociais. Entre os
principais obstáculos a nossa

REJANE PITANGA, PRESIDENTE DA CUT/DF

"Hoje a Constituição
é uma grande conquista
que tem de ser aprimora-
da, esse é o nosso desafio.
Conquistamos muito e te-
mos muito a conquistar ain-
da. Temos muitos desafios.
Nós, depois de vinte anos
de Constituição, continua-

mos lutando pela redução
da jornada sem cortes no
salário, pelo direito de gre-
ve, pela aprovação das con-
venções 158 (negociação
coletiva) e 151 (OIT) que
estão no Congresso. O so-
nho de uma sociedade livre
e igual para todos deve ser
o combustível a nos mover
em nossas lutas".

Constituição está o fato dela
se realizar diante de um cená-
rio de grande desigualdade
social. No mundo do trabalho,
é incrível que em pleno século
XXI, haja trabalho escravo. No
âmbito político, ainda temos o
clientelismo, o paternalismo, o
uso político da máquina públi-
ca para fins menos nobres. Isso
não pode ser resolvido com um
texto, mas sim pela concretiza-
ção que se dá na prática"

ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ, JORNALISTA, ANALISTA POLÍTICO E DIRETOR DE DOCUMENTAÇÃO DO DIAP

"É preciso aprofundar as
conquistas da civilização, com
equidade na distribuição do
poder e da renda entre os po-
vos e nações. A organização
e participação, portanto, são
indispensáveis para evitar abu-
sos na aplicação, pelo Estado,
dos monopólios de punir, tri-
butar e legislar".

MELISSA DEMARI, ESPECIALISTA EM JUSTIÇA CONSTITUCIONAL E PROCESSOS CONSTITUCIONAIS

"A negociação coletiva é
alicerçada pela dinâmica da
sociedade atual. A negociação
coletiva vai permitir a apro-
ximação entre quem pensa e
quem executa, com a negocia-

ção o servidor seria integrado,
participaria do serviço público
como um todo. Temos uma
cultura de rechaçar o conflito.
A insatisfação generalizada
pode ser canalizada para o
sindicato e se transformar em
algo positivo, como melhorias
ou ser ignorada, gerando es-
tagnação, desânimo e baixa
produtividade por parte dos
servidores. Precisamos encarar
e fazer do conflito algo positivo
e isso só é possível por meio da
negociação coletiva"

CLÁUDIO SANTOS, TITULAR DA COMISSÃO DE DIREITOS SOCIAIS DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL DO DISTRITO FEDERAL (OAB-DF)

"O Supremo regulamentou
a greve do serviço público
adotando o modelo da inicia-
tiva privada. O que nos resta a
fazer? Interferir no projeto que
trata do assunto na Câmara,
que já está bem avançado.
Nele, os trabalhadores têm que
iniciar a greve 30 dias depois
do aviso, manter 45% dos
servidores trabalhando e não
há pagamento de dias para-
dos. Ou vamos intervir no PL,
aprimorando-o, ou vamos ficar
nas mãos do Superior Tribunal
de Justiça. De acordo com a
regulamentação do STF, o STJ
julga os servidores em sua
terceira sessão, a mesma que
trata de delitos graves".

A união e o debate de idéias como farol

Qual a importância do V Congresso para o Sindjus?

Nos dias 8, 9 e 10 de maio, o Sindjus realizou seu V Congresso, reunindo centenas de delegados sindicais, que representaram os pensamentos, as reivindicações e as idéias da categoria. A Revista do Sindjus foi até este cenário de pluralidade de idéias querendo saber a importância do Congresso na visão

dos delegados. O resultado foi uma categoria que valoriza a união e o debate como avanço no caminho das conquistas.

Os servidores aprovaram o debate realizado e as palestras, com destaque para as proferidas pelo ex-ministro do STF, Sepúlveda Pertence, e pelo constituinte Hermes Zanetti, que discutiram sobre a Cons-

tituição e a realidade atual dos nossos direitos. Os delegados acreditam que mais eventos devem ser realizados para que a categoria tenha a bagagem necessária para lidar com as lutas cotidianas.

A importância de definir um Plano de Lutas, que avance no sentido de novas conquistas, e a reafirmação

dos direitos adquiridos foi uma resposta que soou, praticamente, em coro das bocas dos delegados. Homens e mulheres, ativos e aposentados, analistas e técnicos, acreditam que o debate é o caminho para construir um futuro melhor para a categoria. Confira abaixo, alguns dos entrevistados.



Miguel Ferreira da Silva, TJDFT

A importância maior do Congresso é a de tirar diretrizes para a campanha de lutas do sindicato que levarão as nossas próximas conquistas. Debates como os realizados no V Congresso são importantes para a nossa categoria evoluir em melhorias. Portanto, os principais pontos desse encontro são as diretrizes que serão trabalhadas durante os próximos três anos, o debate e a escolha das melhores sugestões e caminhos para a categoria.



Maria Helena, TJDFT

Considero muito interessante essa iniciativa do Sindjus, porque conscientiza que podemos influir em alguma coisa, não só na nossa realidade, mas na realidade da sociedade, em geral. Estudar, discutir e analisar a Constituição pode levar a uma educação de servidores no sentido de que passem a pensar e agir politicamente. O V Congresso nos possibilita uma visão diferente da que estamos acostumados a ver na mídia.



Luiz Valério Dias, TSE

O ponto fundamental é saber que não só Judiciário, mas o cidadão brasileiro é tratado como consumidor. Discutir a Constituição, resgatar a cidadania e desenvolver um processo de que nós somos responsáveis na concretização da esperança. Se 80 foi a década perdida, 90, a maldita, a que vivemos agora é a da esperança. O fato de nos dedicar a um plano de carreira é nos preparar para um futuro melhor.



Lúcio Flávio, TJDFT

Esse congresso serve para verificar problemas atuais da categoria e como eles se colocam no cenário nacional. Ao mesmo tempo, se coloca de modo pró-ativo em relação aos problemas detectados, não só dos ganhos diretos ou indiretos, mas da visão da sociedade em relação ao serviço público. E, diante disso, faz um plano de ação. Hoje, a imagem do servidor público é negativa. Esse congresso tem o papel de fazer um estudo de porquê isso acontece e trilhar formas de combater essa prática. A categoria precisa de informação para trabalhar contra a informação.



Pedro Gomes – MPT

Já sou aposentado, mas faço questão de vir porque a importância deste Congresso diz respeito a todos. Pessoas vão discutir temas em evidência, como a aprovação e a retirada de direitos. É por meio de um amplo debate como esse e encampado pela categoria que conseguiremos um plano de lutas digno. Para os aposentados esse Congresso significa muito.



Cristalina Gomes Balduino, TJDFT

O Congresso significa a apresentação de idéias novas sob assuntos velhos. Sempre podemos criar uma visão nova sobre assuntos já visitados. Além da confraternização e de estabelecer novos laços importantes em nossa luta. Afinal, só a união nos leva às conquistas. Gostei muito da palestra do ex-ministro do STF, Sepúlveda Pertence, e de tantas outras que nos indicam o caminho, com os subsídios necessários, para percorrermos.



Leslie Andréa, STJ

Além das palestras acrescentarem muito em nossa vivência, como cidadão, como servidor, com o tema dos 20 anos da Constituição, o Congresso acrescenta muito para reflexões sobre a vida, a categoria e a sociedade, em geral. Nosso Plano de Carreira visa melhorar não só o salário, mas as condições de trabalho, resultando em uma melhor prestação jurisdicional para a sociedade. O cidadão, em geral, irá se beneficiar muito em relação a esse Congresso, com mais consciência social.



Antônio Carlos, STJ

Esse encontro é muito importante para toda a nossa classe trabalhadora. É por meio de discussões como essa que vamos superar a defasagem salarial para o servidor público, principalmente, para a minha categoria, os agentes de segurança. Antes, nós éramos desvalorizados, mas por meio de encontros sindicais como esse conseguimos melhorar e muito a nossa categoria que é responsável por toda a segurança nos órgãos judiciários.



José Augusto, TST

O V Congresso vai estabelecer um plano de lutas para a nossa categoria. É uma forma de nos mobilizarmos para uma nova etapa. Estamos terminando um plano (PCS III) e esse é o momento ideal para alavancar um novo segmento para a nossa luta. Com o Sindjus, estamos em uma caminhada constante rumo às conquistas.



Joaquina Alves, STM

A importância desse Congresso converge para avançarmos em nossas lutas. Estão querendo estancar e retirar muitos de nossos direitos. É uma forma de batalhar por algo melhor. Assim como frisou Hermes Zanetti em sua palestra, a implantação da Constituição é uma revolução que não era revolução, vivemos hoje um cenário parecido. Não podemos ter medo de batalhar por nossos direitos e o V Congresso nos incentiva à luta.



Maria Angélica, STF

O V Congresso tem uma importância muito grande, porque os debates além de enriquecer, engrandecem nosso Plano de Lutas. São muito salutares os questionamentos em torno dos vinte anos da Constituição. Muitos sindicatos esquecem de dar relevância a esse tema e a nossa participação na consolidação da Constituição. Já o Sindjus questiona as vantagens e as lutas que nos cercam. É uma realidade difícil, mas é preciso muita luta e união.



Deoziria Felíssissimo, TST

A importância é muito grande porque é por meio do Sindjus que todos nós estamos pleiteando nossos direitos. Se não fosse o Sindjus, não teríamos êxito. O sindicato é a tocha que nos guia, apontando um caminho para a gente seguir. A sindicalização é fundamental porque não existe acordo bem sucedido entre patrão e empregado. O sindicato é a nossa condução real.



Antônio José, TSE

O V Congresso vai apontar a direção que devemos seguir para concretizar nossas lutas por direitos, novos e consagrados, e na construção de uma sociedade mais livre, mais justa e mais solidária. O debate é o caminho para concretizar os nossos objetivos.



Sérgio dos Santos, TRT

O V Congresso tem uma importância fundamental ao produzir um plano de ação para não perdermos mais do que já foi perdido. Não podemos deixar nosso futuro e nossa carreira na mão dos governantes. O estereótipo dos servidores deve ser mudado, já que são os que mais pagam impostos. O V Congresso tem que mudar esse cenário. Tem que ter adesão geral de toda a categoria. Precisamos discutir a questão dos terceirizados e dos requisitados que enfraquecem a nossa luta.



Willekens Van Dorth, MPDFT

A importância desse Congresso é aglutinar todos servidores na luta por um mesmo ideal. É o momento de olhar a Constituição com visão crítica, o que tivemos de avanços e nos dedicarmos a aprimorar a sociedade.



Sandra Suely, TRT

A importância desse Congresso, primeiramente, é a de agrupar todos os associados em um mesmo lugar para discutir os rumos do sindicato. O Plano de Lutas é um Plano de Trabalho e não pode ficar na parede ou na estante para ser objeto de contemplação. Temos de trabalhar nele. É com esse espírito, e com subsídios para isso, que precisamos sair daqui.



Roberto Márcio, MPM

A realização deste encontro é muito importante para a estruturação do nosso conjunto. Avaliar o que podemos avançar em nosso plano de lutas para não termos mais perdas. As palestras enriquecem muito a nossa luta e nos indicam a direção a ser seguida.

Complexo de vira-latas

TT Catalão

*Suécia, junho de 1958. O Brasil pop, cultural, imaginário, midiático e artístico apresentava-se ao mundo: campeões do mundo, no futebol, pela primeira vez. Nelson Rodrigues (o maior jornalista esportivo do país, em estilo e sacadas) escrevia para a revista *Manchete* sua antológica crônica "Complexo de Vira-Latas", onde relacionava a vitória da seleção com a auto-estima do Brasil. Os anos JK em alta. E o mundo conheceria o jeito de ser brasileiro no modo de reinventar o futebol — um país de contrastes, surpresas, paixão, ritmo e de criação inesgotável.*



Nelson Rodrigues foi o maior personagem de Nelson Rodrigues. Contraditório entre os escritos devassos e a vida pacata de um quase beato. Sarcasmo, sacanagem, polêmica em entrega absoluta na criação literária do cotidiano urbano. Fluminense roxo e míope só via o jogo pela poesia do imaginário. Daí sua genialidade. Escreveu o Complexo de Vira-Latas em 31 de maio de 1958, antes da estréia da seleção.

"Os jogadores já partiram e o Brasil vacila entre o pessimismo mais obtuso e a esperança mais frenética. Nas esquinas, nos botecos, por toda parte, há quem esbraveje: - "O Brasil não vai nem

se classificar!". E, aqui, eu pergunto: - não será esta atitude negativa o disfarce de um otimismo inconfesso e envergonhado? Eis a verdade, amigos: - desde 50 que o nosso futebol tem pudor de acreditar em si mesmo", provocava já nas primeiras linhas a nossa insegurança de "coitadinhos" que pede desculpas antes pelo medo de errar ou perder.

Continua Nelson "o que nos trava é o seguinte: - o pânico de uma nova e irremediável desilusão. E guardamos, para nós mesmos, qualquer esperança. Só imagino uma coisa: - se o Brasil vence na Suécia e volta campeão do mundo! Ah, a fé que escondemos, a fé que negamos, re-

bentaria todas as comportas e 60 milhões de brasileiros iam acabar no hospício."

Golaço de Nelson que extraía de uma banalidade como o futebol a mística para uma análise, sem pedantismo, da alma mestiça brasileira. Na profissão de fé no humano ressalta "qualquer jogador brasileiro, quando se desamarrar de suas inibições e se põe em estado de graça, é

algo de único em matéria de fantasia, de improvisação, de invenção. Em suma: - temos dons em excesso. E só uma coisa nos atrapalha e, por vezes, invalida as nossas qualidades. Quero aludir ao que eu poderia chamar de "complexo de vira-latas (...)" Por "complexo de vira-latas" entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face

do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol".

O país cumpria uma virada significativa na aura de JK e uma ênfase especial do modelo desenvolvimentista. Anos de charme e cultura, além do esporte. Nascimento de Brasília, Bossa Nova e consolidação do Cinema Novo,

de Zito, a bravura de Vavá e a modernidade clássica dos avanços do lateral Nilton Santos. Uma espécie de senha de entrada para avanços mais profundos, a começar pela descoberta de si e do interior (quebra da hegemonia frívola do litoral de costas para o resto), pela criação de Brasília,



ensaiado anos antes. Claro, que para a massa, a pauleira continuava e não havia grandes perspectivas de mudanças estruturais no trabalho, na distribuição de renda e na injustiça. Mas havia a desconstrução de um mercado em construção, e todas as contradições decorrentes. Crescia o empresariado nacional (junto ao endividamento externo) e um sentimento de brasileiro mais altivo e autônomo. Início da desconstrução do tal "complexo de vira-latas" ou a síndrome vaticinada por Monteiro Lobato do "atraso bexiguento", no meio rural, ao arrasto do Jeca Tatu.

O país era descoberto em manchetes internacionais sob os pés de Pelé (17 anos), passes milimétricos de Didi, a ginga de Garrincha, a velocidade

lia e a busca de uma civilização sertaneja. Atitudes diferentes do Jeca amarelão, para ser "antes de tudo um forte", guerreiro, dono da sua cara e coragem na linha Euclides da Cunha.

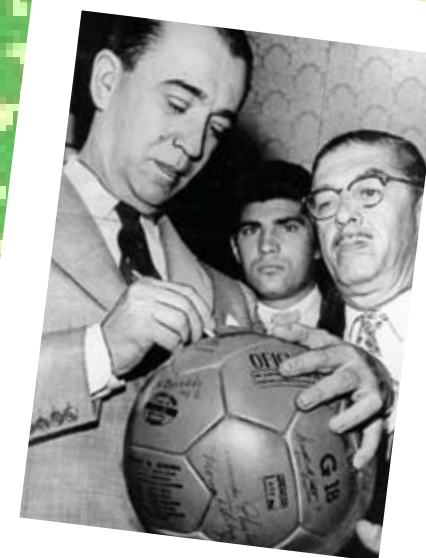
Vencida a Copa, explode a euforia com a vitória. Depois da decepção abismal que foi a perda da Copa de 50, em pleno Maracanã, para o Uruguai e os nervos em frangalhos na Copa da Suíça em 54, só uma vitória extraordinária, com um jogo sublime, resgataria a "honra nacional". E veio em grande estilo. A seleção de 58 criou referências originais para o previsível futebol até aquele momento: o talento individual de repente acordou para a disposição tática e o conjunto beirou a sinfonia. O indivíduo que decide em um lance não era só um exímio

estilista de uma nota só: havia uma orquestra de virtuosos. E era o Brasil em campo. Mesmo, nos 5x2 da final contra a Suécia, em que a famosa camisa amarelinha deu vez a um azul mais grave, foi visto o toque do destino, pois era "a cor do manto de N. Sra. Aparecida" como sacou rápido na "justificativa" o cartola Paulo Machado de Carvalho. A troca foi imposta pelos cortesies suecos que jogam de amarelo e não queriam quebrar a corrente. Outro mito da final refere-se aos funcionários do Estádio secando com esponjas o gramado devido a chuva na véspera. Acontece que os suecos possuíam ótimo toque de bola com ela no chão sem chutões e o campo molhado os prejudicava. Óbvio que para a companhia de balé do Brasil o baile foi mais fácil em campo seco.

As manchetes da vitória entraram na onda da redenção tipo "o Brasil aprende a vencer" ou a fantástica marchinha "A Taça do Mundo é nossa, com brasileiro não há quem possa". Daí para confundir o deixar de ser vira-lata para sair travestido de pitbull cor de rosa ou um poodle sanguíneo foi um risco natural: confundir a vida com o imaginário e achar que o país exótico das delícias tropicais e festa permanente não seria "sério" para outras viradas contra outros complexos. O processo é ardiloso e a capacidade antropofágica do brasileiro sempre acha um modo de receber influência, digerir a manipulação e tentar renascer novo.

Para Nelson Rodrigues sua profecia foi brilhante em

forma, espírito e conteúdo. Ele termina o texto, já em transe — como parecia escrever —, em exortação, no melhor clima manifesto, onde o desejo da vitória se mistura à recomendação, quase ordem, para o jeito de ser na luta do bom combate: "Eu vos digo: - o problema do escrete não é mais de futebol, nem de técnica, nem de tática. Absolutamente. É um problema de fé em si mesmo. O brasileiro precisa se convencer de que não é um vira-latas e que tem futebol para dar e vender, lá na Suécia. Insisto: - para o escrete, ser



ou não ser vira-latas, eis a questão".

E a Taça do Mundo foi nossa pela primeira vez. O mercantilismo que viria depois mataria muito o espírito romântico do tal futebol-arte - o indivíduo deflagra o individualismo estéril das fortunas que viravam celebridades sob artifícios globalizantes. E nunca mais surgiu um filósofo escrevendo futebol com a maestria do Nelson. Quanto aos outros complexos, temos muitos a superar.

Desbravador de Horizontes

A INSPIRAÇÃO

Carioca de nascimento e brasileiro por opção, o menino José Geraldo percorreu boa parte do país como migrante. Mas não como um daqueles migrantes nascidos dos livros de Graciliano Ramos, que saem em busca de água, comida, trabalho, levando a tiracolo cachorros e papagaios. José Geraldo pertence a uma outra categoria de migrante, formada por aqueles que têm asas. Um migrante que, como uma espécie de pássaro, voa em busca de céus mais altos e horizontes mais longínquos.

Também não se contentou em ser só um homem. Foi logo dois em um. José e Geraldo. Ou melhor, três. Afinal, carregava Júnior no nome. Com essa sina, de ser forjado em várias identidades, nasceu no Rio de Tom Jobim, às voltas com a base aérea do Galeão, onde seu pai servia como militar da aeronáutica. Formado nos Estados Unidos da América, era especialista em motores de avião. Sendo assim, sua infância foi marcada pelo pé na estrada, viajando na boléia de seu pai. E foi em uma dessas viagens que sua vida se transformou, ou melhor, formou-se. Sua



mãe havia morrido quando ele tinha apenas um ano de idade, deixando seu pai viúvo aos 30 anos. Mas o destino quis levar esses dois para a base aérea de outro rio, agora do Rio Grande do Norte. Lá,

José Geraldo de Sousa encontrou um novo amor e se casou novamente. Lá, José Geraldo de Sousa Junior, mais do que uma família, encontrou uma vocação, um futuro, um motivo para voar.

Ao contrário do que se pode pensar, José Geraldo não queria ser piloto de avião ou militar como o pai. Ainda criança, colocou na cabeça que ia ser advogado e lutar por um Direito mais humano.

Nunca cogitou seguir outra profissão. Mas, por quê? Simples, inspirou-se em seu avô. O pai de sua madrasta, Floriano Cavalcanti de Albuquerque, era juiz, desembargador e professor universitário de Direito. O menino, à primeira vista, se identificou com aque-

das referências que nortearam José Geraldo. A família sempre foi muito patriarcal e coube ao seu Floriano o papel de predador nas refeições, nos saraus em família, nas conversas após a ceia, na varanda do casarão. O modo como aquele homem contava, quase que diariamente e sob forma de narrativa, a história e os acontecimentos da sociedade imprimiu no imaginário de José Geraldo o significado da expressão "Justiça".

A CHEGADA EM BRASÍLIA

Com o golpe militar, José Geraldo de Sousa resolveu aposentar-se em face de não concordar com o rumo tomado pelas Forças Armadas. Nessa altura, estava em São Paulo, onde funcionava a base aérea de Cumbica. Era o fim do período migratório para aquele homem que cuidava da mecânica dos pássaros de aço. Mas o coração de um pássaro de carne e osso ainda iria se preparar para seu vôo mais alto. Um vôo solo. José Geraldo de Sousa Júnior, em 1971, pousou em Brasília. E pousou para ficar.

Quando pisou seus pés neste chão notou uma capital consolidada, mas uma cidade ainda em construção. Desembarcou no aeroporto, em um casarão de madeira que servia de estação para os passageiros. Diante dos olhos daquele sonhador, uma cidade com toda a mística da construção. Os canteiros de obra eram marcas da paisagem e os barulhos das viradas e serões, que já caracterizavam naquela época a espoliação do trabalhador, eram presenças marcantes nos ouvidos daquele jovem. Chegou para trabalhar em uma fundação, da qual se tornaria chefe da Procuradoria Jurídica, mas logo já estava exercendo a advocacia em

la referência humanista que incidiu para sempre em suas escolhas.

As dimensões política, filosófica, sociológica e histórica vindas de seu avô compuseram o pano de fundo

nome daqueles direitos que seu avô lhe ensinara.

Brasília assumia a condição de centro político do Brasil e lutava por sua autonomia. A estada na capital fez com que José Geraldo se tornasse personagem daquela construção que é a história da cidade. As instituições estavam se formando. As lutas sociais estavam em ebulição, assim como as lutas pela democratização, pela anistia, pela constituinte, pela afirmação dos direitos, pela cidadania, pela moradia. A inspiração de seu avô e aquela Brasília em ebulição costuraram a bandeira pelos Direitos Humanos que seria empunhada por José Geraldo dia após dia de sua vida.

A LUTA PELA TELEBRASÍLIA

José Geraldo se reconhece como ninguém na afirmação de uma sociedade que ajudou a forjar e a fundamentar sua bandeira de luta — a moradia. Era uma vez uma comunidade sem teto que ocupava o espaço da cidade, mas tinha esse espaço negado em nome do Plano Diretor de Lucio Costa, que valorizava as escalas monumental, bucólica e arquitetônica, esquecendo-se, portanto, de valorizar a escala da história social dos construtores de Brasília. De fato, em Brasília não havia como ficar insensível aos Direitos Humanos.

Seja enquanto advogado ou professor de Direito, José Geraldo atuou em favor daqueles moradores. Como advogado, foi um dos fundadores da Comissão de Direitos Humanos da OAB/DF, no final dos anos 70. Como professor, criou, a partir da UnB, uma plataforma de sedimentação da legitimação da comunidade à moradia. A universidade possibilitou a instalação de um núcleo de prática jurídica

na comunidade e também um escritório de Direitos Humanos e de Cidadania. Isso foi de grande proveito para construir a base de assessoramento desses moradores, com participação ativa dos estudantes.

UMA UNIVERSIDADE, UM DESTINO

Como não havia curso noturno de Direito na Universidade de Brasília e José Geraldo precisava trabalhar, estudou na UnB. Mas o destino o queria na UnB e ele cumpriu esse desejo quando foi fazer sua pós-graduação, no final dos anos 70. Chegando à universidade, ainda encontrou uma intervenção ditatorial marcante. Estava nos últimos momentos, mas havia forte presença do sistema de segurança nacional na universidade. O reitor, indicado pelo regime, era um oficial da marinha que exercia o poder dentro da universidade, há vinte anos.

José Geraldo testemunhava, agora como aluno, o final de um período traumático. Demissões profissionais, expulsão de alunos, ocupações da UnB. Violência e autoritarismo. Como aluno de pós-graduação participou do final deste processo. Embora não tenha lutado ao lado de estudantes por um DCE livre, foi advogado de vários alunos e professores. Sempre se dividiu entre os estudos e a advocacia, trabalhando no escritório do velho Antonio Carlos Sigmaringa Seixas, que fora presidente da OAB no Distrito Federal, onde defendeu diversas causas sociais.

Em 1985, com a redemocratização da universidade, foi admitido como professor do antigo departamento de Direito. Além de ministrar aulas, chefiou a Procuradoria

Jurídica da universidade e atuou como chefe de gabinete do então reitor Cristovam Buarque, escolhido pela comunidade. Viveu, como poucos, a redemocratização da universidade. Ajudou no processo de anistia dos professores, nos debates de re-institucionalização democrática da sociedade, integrou o Congresso Estatutário para discutir os estatutos, presidiu a comissão eleitoral que ordenou a sucessão de Cristovam, participou de todos os debates que marcaram a virada epistemológica da UnB neste período para se inserir num outro estatuto científico voltado para as questões atuais. Não contente com todos esses vãos, foi ainda mais longe e criou o projeto "O Direito Achado na Rua".

O DIREITO ACHADO NA RUA

Mais do que qualquer outro tema, o Direito Achado na Rua é um capítulo à parte na vida de José Geraldo. Afinal, foi ele quem formulou as bases e conduz até hoje este projeto que repensa criticamente o Direito e o trabalha politicamente para reconhecer a legitimidade das demandas sociais por novos direitos. Na verdade, aquele menino que viajava em busca de outros céus, romantizou o Direito, buscando o seu sentido real. E qual seria esse sentido? Uma sociedade fundada em pensamentos mais solidários.

Mas, para isso, o Direito precisava ir além do positivismo, do mecanicismo, da normatividade. Precisava ir em busca de uma sociedade mais solidária. O Direito Achado na Rua levava assessoria jurídica para os movimentos sociais e populares que tinham reivindicações justas e concretas,

mas sofriam a criminalização. O projeto era a base para a politização da sociedade, abrindo novas perspectivas para a cidadania. José Geraldo seguia um texto lido em 1978, pelo professor e poeta Roberto Lyra Filho, em uma Conferência na UnB. O título deste texto? "Um direito sem dogmas". Nele, Lyra queria o direito como um poema de Karl Marx: "Kant e Fichte buscavam o país distantes pelo gosto de andar lá no mundo da lua, / mas eu tento ver, sem viés deformante, / o que pude encontrar bem no meio da rua".

Lyra construiu um programa que se expressou na criação de uma revista "O Direito e o Averso". A publicação contava com nomes como Marilena Chauí, Raymundo Faoro, Alaíde Santana. José Geraldo integrou a direção da revista que só chegou ao número três. Lyra morreu e deixou nas mãos de seu discípulo um dilema: continuar a revista ou revolucionar esse ideal? Não se esqueça, caro(a) leitor(a), que o céu era o limite para aquele José que se inspirava em Castro Alves "A praça é do povo, assim o céu é do condor".

Na cabeça de José Geraldo, a rua, mais do que nunca, era a metáfora da esfera pública. O lugar do acontecimento. Onde a multidão se transformava em povo. Era preciso um direito em construção, que dialogasse com os movimentos que traduziam o desejo das categorias. O Direito Achado na Rua surge como o curso modelo de uma UnB redemocratizada. Nada mais em sintonia com a realidade da universidade do que um Direito mais pró-positivo e menos conformista. Nascia assim, pelas mãos do professor José Geraldo, uma nova

história jurídica no Brasil.

TÃO FRÁGIL QUÃO FORTE

Tarde de segunda-feira. Caminho pela UnB. Estudantes passam com livros nas mãos, enquanto outros observam professores em salas de aula. Aparentemente, aquela universidade febril que aparecia na televisão com

Enquanto aguardo o professor, que participava de um programa de televisão, observo os beija-flores. Pássaros de aparência frágil, mas de uma força incalculável em suas asas. Navego pelas marcas deixadas pelo tempo e vou ao encontro da imagem de uma faculdade em movimento. De cenas históricas, surge a voz



estudantes pedindo a saída do reitor Timothy Mulholland voltara à normalidade. Chego à secretaria da Faculdade de Direito. O prédio antigo, bucólico, sombreado por uma grande figueira e rodeado por arbustos e flores não aparentava ser um dos ambientes mais revolucionários de Brasília e, por que não, do Brasil.

de José Geraldo.

Falava sobre a redemocratização brasileira, a qual conhecia tão bem. Mais do que qualquer outro personagem que circulava por ali, ele se misturava àquela paisagem da faculdade de Direito. Ora era professor, ora era um daqueles muitos tijolos, ora era aluno, ora era idéia, ora era

memória, ora era futuro, ora era aquela árvore imensa, ora era pólen, ora era beija-flor. Tão frágil quão forte.

UM PROCESSO RE-CRIADOR

Para o professor, a última crise da UnB pode ser traduzida na ocupação da reitoria pelo movimento estudantil

abrindo espaço para a negociação e para a interpretação correta da sociedade.

"O movimento questiona o modo como a universidade se constrói e pede um estatuto próprio para atores de seu espaço, que são professores, funcionários e estudantes. A bandeira dos estudantes é a democratização da univer-

direção política a ser tomada pela instituição são legítimas. A paridade traduz um desejo de co-gestão compartilhada que eu defendo e que deve ser o tema a ser discutido a partir da crise. Não há impedimento para discutir sobre investimentos orçamentários e sobre as prioridades da gestão administrativa. Esse debate é importante, porque nos retira do comodismo das condições pré-estabelecidas que ocultam vieses que prejudicam a instituição. A crise tem a missão de fazer um balanço re-criador da instituição".

"A corrupção gerou a possibilidade de entendimento comum sobre a existência da crise, quando ela se manifestou no âmbito ético não havia como dar atenção e apoio e, de fato, os acontecimentos identificaram o desvio ético. No entanto, a crise é anterior à corrupção. A falta de controle social e de participação crescente gerou uma perda de referência do ponto de vista ético e gerencial dos dirigentes. Sem espaço crítico para a oposição e sem mecanismo de controle social, os dirigentes perderam a referência do que é ou não legítimo".

"Essa crise nos faz cair no velho dilema entre o que é público e o que é privado. O certo é que a educação em nosso país é um direito e não uma questão de mercado. No mundo, a educação movimentou mais de 50 bilhões de dólares por ano. E isso abre um nicho empresarial muito forte que leva à transformação desse espaço de natureza pública em um campo de competição muito forte. A educação deixa de ser regulamentada pelo Estado e cai na livre concorrência do mercado. Só no caso do Direito, em 1993 eram 184 cursos. Hoje, são 1.200. Há

espaço econômico para isso, porque o Estado aceitou se retirar desse campo ao contrário de atuar nele para ter papel estratégico de desenvolvimento. Com isso, o neoliberalismo privatizou essas áreas estratégicas".

"A onda neoliberal passou. Estamos assistindo a retomada do estado e seu papel transformador. O governo Lula aposta no Estado como uma grande agência social. A onda se foi, mas ainda deixou uma agitação grande. No ensino, o eco dos debates equivocados pelo fim da gratuidade das escolas públicas ainda é presente. No entanto, esse debate traduz mais a acomodação das classes sociais, preocupadas com seus filhos, do que a visão de uma nova educação".

"Hoje, foi retomado o mecanismo de regulamentação e supervisão público da educação. Há um controle forte no processo de avaliação e autorização e credenciamento das instituições. O problema é que o movimento neoliberal foi forte e deixou um rastro de estragos. Precisamos de tempo para a reconstrução do ensino", fala enquanto observa a janela. Os olhos, por detrás das lentes dos óculos ovais, se esvaem em busca do horizonte.

REFORMA UNIVERSITÁRIA

"A reforma deveria ser uma condição de desempenho permanente. Uma instituição sempre aberta para a auto-reforma. Eu acho que nós estamos na condição de discutir a Reforma Universitária, porque perdemos a referência temporal e paradigmática da universidade para o desenvolvimento do país. Defendo a universidade como a universidade de idéias. Esse

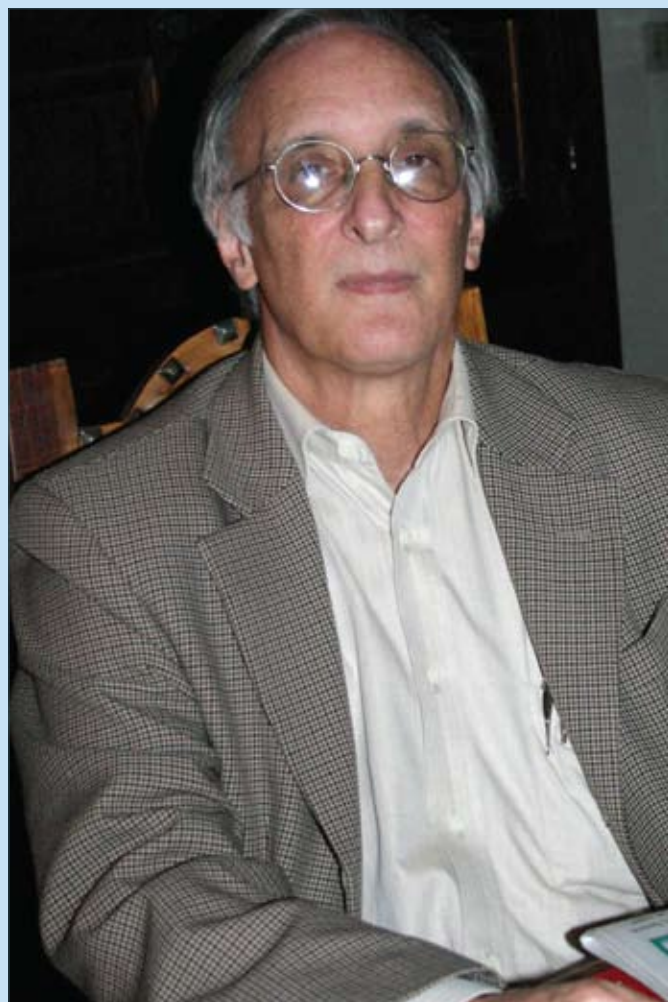
é o fundamento para cumprirmos as exigências do século XXI, que nos traz transformações profundas”.

Como se a reforma fosse geométrica, tais os quadriláteros de sua camisa azulada, o professor diz que temos que trabalhar pela refuncionalização, pela reestruturação orgânica e pela re-legitimação da universidade. “Não há local onde todos os conhecimentos podem dialogar sem restrições por intolerância, ou por censura, ou por qualquer tipo de inibição quanto à universidade, que se abre como intercâmbio de diferentes modos de conhecimento. Quando fui diretor do departamento de política de ensino superior no Ministério da Educação em 2003, organizei dois grandes seminários para buscar parâmetros de uma reforma universitária”.

“Diante das grandes reformas que acontecem no mundo, a universidade transita entre o passado histórico e o futuro político. O nosso tempo exige essa posição política da universidade. Temos que sair da visão do passado, que tem a universidade como espaço de conhecimento da elite para que ela se torne a universidade popular, não no sentido restrito de acesso de conhecimento para segmentos que nunca tiveram oportunidade de ingressar na faculdade, como as atuais políticas de cotas e outras ações afirmativas”.

“Precisamos de vãos mais altos. A universidade precisa se abrir mais amplamente, aproximando-se das produções de conhecimento para outros temas que envolvem uma outra cartografia de relevância, estando presentes no espaço universitário os criadores desse conhecimento. E não falo dos acadêmicos,

no sentido clássico do termo. No início dos anos 90, a UnB recebeu seringueiros do Amazonas, liderados por Chico Mendes. Eles debateram conceitos que não estavam escritos nos documentos de uso cotidiano da faculdade. O objeto de conhecimento foi se tornando sujeito do conhecimento, reivindicando



seu lugar de criação no debate acadêmico. Neste mesmo período, o MST reuniu três mil trabalhadores na UnB em um Congresso de Educadores de Assentamento. Talvez o maior programa de educação depois do regido pelo Estado. Neste encontro foram levantadas pautas inéditas para a discussão de como o

conhecimento deve se organizar institucionalmente para dar conta de realidade que não se organizam pelas temporalidades dos semestres acadêmicos (é preciso levar em conta o tempo de plantar e colher). É uma educação que tem mais de expectativa de mobilidade social do que base de reforma epistemoló-

gica. Inspirada neste sentido mais amplo e mais político, a universidade precisa se reformar para se atualizar”.

SONHO OU REALIDADE

“A primeira medida que tomaria, se eu fosse reitor, seria a de propor um novo Estatuto Epistemológico para a universidade, para que ela se

constitua como universidade solidária, reorganizada na subjetividade dos seus principais segmentos, portanto, para produzir o conhecimento que leve a uma vida digna e de qualidade para todos”.

“O meu sonho é o de ver uma universidade fundada no reconhecimento do outro. Que os Direitos Humanos sejam o padrão desse reconhecimento, que as diferenças só existam para afirmar identidades, nunca ao limite de produzir hierarquias e exclusão. A UnB? Bem, a UnB é a possibilidade desse sonho ser concretizado”, confessa com a voz embargada de afeto.

Por falar em sentimento, o livro “Idéias para a Justiça e Cidadania” representa um pouco esse sonho. Reunindo 50 artigos publicados na Revista do Sindjus, José Geraldo tenta indicar o caminho para que os brasileiros voem para um lugar melhor. O nome desse lugar? Cidadania. Desbravando horizontes, o professor já autografou esse livro para servidores públicos, juizes, advogados, índios, professores, estudantes, donas-de-casa, sem-terra...

“Sou homem, nada do que é humano me é estranho”. Citando Terêncio, é assim que se define aquele professor que caminha pela Faculdade de Direito como se caminhasse pelo seu próprio eu, dividido entre sonho e realidade. Ali encontra um de seus céus mais altos. Mas não há limite de horizonte para aquele professor. Embora não seja oficial da aeronáutica como seu pai e não tenha um casarão avarejado para contar histórias como seu avô, José Geraldo de Sousa Júnior abre as asas e voa alto em busca de novos horizontes para a justiça e para a cidadania.

Endometriose, a doença da mulher moderna

Além do estresse e da depressão, agora uma outra doença desponta nas primeiras posições da lista composta pelos males do século XXI. Está presente em quase 15% das mulheres em todo o mundo. Isso mesmo! Ela ataca o sexo feminino diminuindo vertiginosamente sua qualidade de vida, já que a dor pélvica chega a ser insuportável, até mesmo para a realização das tarefas mais simples e cotidianas.

O nome desse mal? Endometriose. Em poucas palavras, é uma doença que ataca as mulheres em idade reprodutiva e que consiste na presença de endométrio em locais fora do útero. Vale lembrar que endométrio é a camada interna do útero que é renovada mensalmente pela menstruação e se instala em outros órgãos. Mas se a menstruação não é novidade alguma, por que essa doença resolveu virar pop logo agora?

Atualmente, as mulheres têm menos filhos e, consequentemente, menstruam mais. Além disso, com a dupla jornada, muitas estão mais sujeitas ao estresse, que prejudica as defesas naturais do organismo. Ou seja, ataca a mulher fragilizada pelo desgaste físico e emocional dos inúmeros papéis que realiza. Estes dois fatores contribuem para a crescente incidência da endometriose, conhecida como a “doença da mulher moderna”. Não é por acaso

que as mulheres portadoras de endometriose são, geralmente, pessoas cansadas, entristecidas, deprimidas e muitas vezes vulneráveis pela dor que enfrentam.

Segundo dados do Ministério da Saúde, cerca de seis milhões de mulheres sofrem com a endometriose no Brasil e 30% acabam ficando estéreis. Aproximadamente, 20% das mulheres têm apenas dor, 60% têm dor e infertilidade e 20% apenas infertilidade. A verdade é que embora os dados sejam impressionantes, muitas teorias tentam explicar a endometriose sem que haja alguma completamente reconhecida. O refluxo é a tese mais aceita - é quando o sangue, ao invés de sair completamente durante a menstruação, sobe pelas trompas e se instala em outros órgãos. É normal haver refluxo durante a menstruação, porém nem todas as mulheres desenvolvem a doença.

O problema pode surgir nas trompas, na superfície do útero, na bexiga, no útero, no fundo do saco, no septo reto-vaginal e nos ovários. Mas em 79% dos casos, o tecido se instala nos ovários. Mulheres brancas, acima dos 20 anos, têm mais chance de sofrer com essa doença. Não se espante, mas uma em cada quatro mulheres acima de 35 anos tem endometriose.

Pode-se dizer que o tratamento é feito em dois tempos: o primeiro é o chamado tratamento de ataque, que consiste na remoção cirúrgica videolaparoscópica dos implantes de endometriose, associado ou não à medicação que inibe as menstruações. Já o tratamento de manutenção ocorre quando se orienta uma série de cuidados para evitar novos implantes. Vale a pena ficar atenta, afinal cuidado com a saúde e qualidade de vida são dois cuidados mais do que modernos.

PRINCIPAIS SINTOMAS

Mas como saber se eu te-

nho endometriose? O melhor é consultar seu médico periodicamente, mas, para ajudar no diagnóstico, existem alguns sintomas que sinalizam a existência desta doença. Cólica menstrual intensa e com aumento progressivo da dor, dificuldade para urinar (quando parte do tecido se instala na bexiga), fortes cólicas intestinais (se o tecido for parar no intestino), dor durante a relação sexual. Conhecendo-se os sintomas realizam exames específicos como ultrassomendovaginal e videolaparoscopia.

Os tratamentos que existem são apenas para aliviar ou reduzir a dor e tentar preservar ou restaurar a fertilidade, pois a doença pode impedir a mulher de ter filhos. Quando a endometriose altera a anatomia da pélvis, devido às obstruções das trompas e a união de órgãos, a mulher pode se tornar infértil. É uma consequência, muitas vezes, reversível.

Pode-se dizer que o tratamento é feito em dois tempos: o primeiro é o chamado tratamento de ataque, que consiste na remoção cirúrgica videolaparoscópica dos implantes de endometriose, associado ou não à medicação que inibe as menstruações. Já o tratamento de manutenção ocorre quando se orienta uma série de cuidados para evitar novos implantes. Vale a pena ficar atenta, afinal cuidado com a saúde e qualidade de vida são dois cuidados mais do que modernos.

Responsabilidade e cultura

A identidade cultural de uma população se faz, também, por meio da preservação do Patrimônio Histórico. Este patrimônio deve ser visto como um grande acervo, que é o registro de acontecimentos e fases da história de uma cidade. Preservar os monumentos históricos, mesmo os mais singelos, é uma maneira de reverenciar o passado e lembrar fatos e personagens que contribuíram para a construção de nossa identidade.

A valorização do patrimônio cultural, como herança de várias gerações, como acervo que carrega consigo a história da civilização humana, sua memória e identidade, devem ser preservados pela manifestação da consciência da população. Cabe a cada geração valorizar e aumentar este patrimônio, conservá-lo para que faça parte da vida das novas gerações. Assim, a responsabilidade de preservação do patrimônio é de cada cidadão e não apenas do Estado. Dessa forma, precisamos de responsabilidade e cultura.

É preciso compreender a importância do monumento. É preciso o comprometimento dos seus responsáveis. É preciso que a comunidade

A história oficial de Taguatinga começa em junho de 1958. No ano seguinte, já funcionava a Escola Industrial de Taguatinga - EIT.



participe. E, ao participar da preservação de um monumento, com certeza a cultura de qualquer cidadão

será ampliada, será contextualizada. Neste sentido, é, então, interessante lembrar que a preservação de uma cidade, ou de um monumento, só é feita por e para uma comunidade. Neste sentido, o movimento Viva EIT, luta pela preservação de um dos símbolos da cidade de Taguatinga, que completou cinquenta anos de idade em junho de 2008. A Escola Industrial de Taguatinga é um capítulo à parte na história do Distrito Federal.

POR QUE TOMBAR A EIT?



A história oficial de Taguatinga começa em junho de 1958. No ano seguinte, já funcionava a Escola Industrial

de Taguatinga — EIT. O nome revela a natureza da política educacional: nas cidades de operários, eram necessárias escolas industriais para que seus filhos aprendessem a operar serras elétricas, tornos, prensas gráficas, guilhotinas e outras máquinas da indústria do governo JK. Os filhos de operários deveriam aprender seu lugar no processo produtivo capitalista. Seriam também operários.

Na EIT, as oficinas de marcenaria e gráfica ocupavam os dois galpões junto às primeiras salas de aula. Ainda não havia nem asfalto na Avenida Comercial e lá estavam os primeiros estudantes da EIT assistindo aulas, serrando madeiras, torneando pernas de móveis, costurando livros, aprendendo a ler as letras ao avesso para ordená-las na prensa tipográfica. Lá estavam aprendendo a operar para conquistarem seu lugar ao sol no mundo moderno.

Longe de Taguatinga, os filhos dos ricos tinham outro conteúdo educacional.

Preparavam-se para dirigir o sistema político e econômico, de modo que pudessem aumentar a produtividade empregando menos mão-de-obra. Hoje são mais ricos, enquanto os filhos de operários

são mais desempregados e os que trabalham recebem de sua produção parte ainda menor que antes.

A EIT PREGOU UMA PEÇA NA HISTÓRIA

Toda história tem pelo menos dois lados. Se é verdade que acumulamos perdas econômicas e políticas, a mesma história registra revelações surpreendentes. É que o ser humano, mesmo nas aulas de geometria, física ou educação moral e cívica, mesmo quando aperta um pedal para fechar a prensa tipográfica ou baixar a lâmina da guilhotina, mesmo nos lugares perigosos, esses seres que refletem sobre o passado são provocados a desenhar um futuro digno. Não lhes falta ânimo para organizar torneios, passeios, bailes, festas religiosas e pagãs. Fazem jornais, teatro, cirandas, poemas, músicas, serenatas e outras coisas que dão significado à vida. Certamente, havia alguns que pensavam como seria o mundo se não fosse dividido em trabalhadores de um lado, e, de outro, ricos que enriquecem com seu trabalho.

Não se pode divisar a importância de cada pensamento. Mas também não é preciso saber toda a história para ver que, passadas duas décadas, os dois galpões que eram as oficinas industriais foram transformados no Teatro da Praça e na Biblioteca Machado de Assis. É preciso entrevistar pessoas, conferir documentos, organizar informações para sabermos como foi essa transformação. Mas, mesmo sem saber detalhes, ela simboliza o desejo de

conhecer não só as operações produtivas, mas também a literatura universal, a natureza humana. A vontade de produzir o encantamento, a partir de perspectiva dos moradores de Taguatinga que querem uma escola para compreender as necessidades individuais e coletivas, imediatas e históricas, materiais e subjetivas.

Passados anos, o teatro e a biblioteca deixaram de ser restritos à escola e abrigaram incontáveis sonhos e lutas das primeiras gerações de nossa cidade. Por isso, o tombamento da EIT não é só preservação de prédios e de finalidade. É apenas o início de uma busca que se faz removendo as camadas de esquecimento que recobrem as referências dos integrantes desta história. O movimento Viva EIT fará isso com a paixão de quem quer descobrir-se. Um povo que transforma oficinas industriais em teatro e biblioteca pode descobrir os meios de realizar de fato aquilo que simbolizou com essa transformação. Quem tem uma história dessa deve escrevê-la em todas os ramos da arte e da ciência. O movimento quer pesquisar, registrar e expor a história da EIT. Para que nos reconheçamos como trabalhadores que construíram Brasília e saibam também que, ao mesmo tempo em que se trabalhou para os ricos, fizeram outra cidade para viver com seus iguais. E continuam fazendo.

O MOVIMENTO VIVA EIT

O Movimento Viva EIT é uma articulação da comunidade estudantil, docente e cultural pela valorização da Escola Industrial de Taguatinga



ga (EIT) e de seus espaços culturais: Teatro da Praça e Biblioteca Machado de Assis.

Em junho de 2006, a Tribo das Artes, o Sindicato dos Professores e diversos grupos culturais da cidade iniciaram o movimento para demonstrar às autoridades do DF, e também à comunidade, que a EIT é símbolo indissociável de nossa história. Para que esses símbolos não sejam soterrados pelo esquecimento, o Movimento Viva EIT organizou shows na Avenida Comercial, em frente à entrada do Teatro. Os grupos culturais se apresentaram gratuitamente para divulgar em prosa, verso, música, teatro, dança, fotografias, pinturas e panfletos nossa denúncia contra os maus tratos à história de uma cidade operária. O grupo também colheu assinaturas pelo tombamento da escola, teatro e biblioteca.

TOMBAMENTO, REFORMA E DINAMIZAÇÃO

Em 19/12/2006, o Movimento Viva EIT entregou ao DEPHA o pedido de tombamento da escola, com mais de 1300 assinaturas da comunidade e dos grupos culturais locais. Pedimos também a reforma dos espaços para possibilitar a plena utilização e a criação ali do Museu de Taguatinga, para que seja feita

No dia 24/08/2007, foi decretado o tombamento provisório da EIT

ta a pesquisa, organização e exposição dos documentos e objetos que contam a história da EIT e da cidade.

TOMBAMENTO PROVISÓRIO

No dia 24/08/2007, foi decretado o tombamento provisório da EIT. Isso é um bom sinal, mas só vamos comemorar mesmo, quando o espaço puder ser utilizado conforme propusemos. Por isso, continuamos com o movimento e convidamos os interessados a participarem de nossas reuniões.

Rachel de Queiroz sorriu



Noite de lua nova. Lua e sol, vistos da terra, estão na mesma direção. Tempo de convergência, de encontros. Por entre o verde e o concreto da quadra 104 Sul, por entre as mesas do simpático restaurante Carpe Diem, uma senhora está deitada em uma rede, tendo em suas mãos um livro com seu nome inscrito na capa. Lê com dificuldade, com a ajuda de uma lupa (só foi descobrir a forte miopia aos 18 anos de idade), mas o faz com imenso prazer. Pudera, devora os livros desde os cinco anos, quando aprendeu a ler sozinha diante da biblioteca da mãe.

Os óculos arredondados dão um ar de avó ao seu rosto emoldurado por cabelos grisalhos, jamais pintados. Uma cearense tão natural quanto a natureza de árvores secas e bois magros que a rondou por toda a vida. À primeira vista, seu semblante tranqüilo a afasta da imagem de militante, que de forma crítica casou política e literatura em um mesmo movimento.

Em suas memórias, mesmo sendo atêia, confessou

que queria ir para o céu. Pois bem, entre dezenas de pessoas que falam em seu nome como referência literária, ela, de certa forma, vive o seu céu. Talvez fosse essa a razão que a fizesse tirar sua rede da fazenda "Não-me-Deixes", a 200km de Fortaleza, e esticá-la em Brasília. Para quem é afável, divertida e provocadora, Rachel está calada demais. Aliás, em pleno silêncio.

De repente, ela sorri. Um sorriso espontâneo, sincero e manso, vindo de dentro. Seu rosto redondo se iluminou com um sorriso vibrante, nascido de uma espécie de alegria ou afeto. Rachel de Queiroz sorriu de satisfação ao ler o livro que carrega os melhores contos, crônicas e poesias de um concurso literário que leva o seu nome. Sorriso de quem está orgulhosa.

Pudera, graças a um concurso literário que leva seu nome, discípulos reavivam sua literatura, sua poesia e sua sina. Na noite do dia 3 de junho, durante a premiação dos ganhadores da 2ª edição do Concurso Literário Ra-

chel de Queiroz, promovido pelo Sindjus, muita emoção e magia. Não só os vencedores, mas todos os presentes beberam da veia literária dessa mulher que marcou história.

Como se tratava de uma madrinha tão especial, a premiação não podia ser diferente. Os formalismos foram deixados de lado e o evento se transformou em um grande sarau. Depois de um dia de trabalho e de afazeres cotidianos, a vida brotou em poesia na parte central de Brasília. Um ambiente íntimo permitiu que a literatura andasse desinibida por entre os presentes. E por falar nisso, a noite, por si só, foi um presente. Que o diga a lua nova no céu. Ou seja, tudo conspirou a favor do encantamento nascido das palavras.

Para começar, a Tribo das Artes recitou diversos poemas. Os servidores entraram no clima e se entregaram às linhas e aos versos. Em seguida, houve a premiação com os contemplados pela Comissão Julgadora e pelo Júri Popular. De repente,

fez-se do aplauso uma mais que completa poesia. Uma poesia que consagrava os vencedores. Uma poesia que agradecia aos participantes e organizadores deste concurso. Uma poesia que louvava Rachel de Queiroz.

Mas a noite não era só de colheita. Era também de plantação. E as sementes foram jogadas ao solo com o lançamento da campanha Livro Cidadão. Trinta livros, contendo a obra dos vencedores, foram destinados a essa campanha. Estes livros serão deixados em locais públicos para que se forme uma corrente de leitura e de cidadania, por meio da inclusão social. Um desses livros foi preenchido com dedicatórias para os futuros leitores. Uma forma de aproximar escritor, poeta e leitor em um projeto que converge nossos sonhos para uma cidade mais poética.



Maria Luísa



Viviane Britto e Sheila Tinoco



Raimunda Mendes e Cleo Oliveira

CONFIRA ABAIXO OS NOMES DOS VENCEDORES. A ELES, OS NOSSOS APLAUSOS E VOTOS DE SUCESSO!
Resultado Oficial do 2º Concurso Literário Rachel de Queiroz

CONTO

Comissão Julgadora

1º LUGAR: Diolinda
Nome: Raimunda Mendes dos Santos Ferreira
Órgão: TST

2º LUGAR: Pela Luz dos Olhos Teus
Nome: Anderson Cardoso Rubin
Órgão: TSE

3º LUGAR: Enquanto ela dormia
Nome: Edelson Rodrigues Nascimento
Órgão: TJDF
MENÇÃO HONROSA: Rayito de Sol
Nome: Renato Luis Petry
Órgão: TRF 1

CRÔNICA

Comissão Julgadora

1º LUGAR: O Galho
Nome: Viviane Brito Yanagui
Órgão: STF

2º LUGAR: Estar Velha
Nome: Luiza Gallo Pestano
Órgão: STF

3º LUGAR: A Estrela e o cometa, As nuances do Amor
Nome: Marcio da Silva Albuquerque
Órgão: TRF
MENÇÃO HONROSA: O Entregador de Livros
Nome: Maria Luísa Ataíde da Silva
Órgão: TJDF

POESIA

Comissão Julgadora

1º LUGAR: Memórias Brancas
Nome: Maria Luísa Ataíde da Silva
Órgão: TJDF

2º LUGAR: (sem título)
Nome: Ana Lucia dos Santos Nogueira
Órgão: MPDFT

3º LUGAR: Soneto do Poeta Obstinado
Nome: Marcello Cabral de Souza
Órgão: STJ
MENÇÃO HONROSA: A Moça de Louça
Nome: Viviane Brito Yanagui
Órgão: STF

POESIA

Júri Popular

1º LUGAR: Irmãs Marias
Nome: Sáva Gabriela Silva Simões de Almeida
Órgão: TJDF

2º LUGAR: O Ouro do Sertão
Nome: José Inácio Dias Filho

3º LUGAR: Caldeirada
Nome: Gabriela de Angelis de Souza Penaloza Mendes
Órgão: TJDF

CONTO:

Júri Popular

Cemitério de Estrelas
Nome: Maria Luísa Ataíde da Silva
Órgão: TJDF

CRONICA:

Júri Popular

Fênix
Nome: Gabriela de Angelis de Souza Penaloza Mendes
Órgão: TJDF



Reciclar – sinônimo do verbo amar

Quando estamos descartando algum tipo de material e, naturalmente, gerando lixo, muitas vezes nem percebemos. É tudo tão automático que é quase impossível traçar um mapa mental sobre o caminho que aquele saquinho vai percorrer. Por isso, fique atento às dicas que a revista do Sindjus vai dar. Afinal, nem tudo que parece lixo é lixo; nem tudo que pensamos ser reciclável é reciclável; e, muitas vezes, pequenos atos podem salvar milhões de litros de água da poluição. Quer ver?

O óleo de cozinha, tão importante para a elaboração dos alimentos, é um agressor feroz da natureza. “Sempre que terminava de fritar algum alimento, derramava o óleo usado no ralo da cozinha. Um dia, soube que cada litro de óleo que jogava na pia contaminava um milhão de litros de água. Hoje, vou juntando todos os dias e, a cada 15 dias, faço sabão em casa. Parei de poluir a água e de gastar dinheiro comprando sabão”, comemora a dona de casa, Gil Alves, moradora da Asa Sul.

Mas nem todos têm o mesmo ânimo para produzir sabão caseiro. Por isso, em muitas cidades, estão sendo criadas cooperativas que recolhem o óleo utilizado nas residências e produzem sabão ou vendem o produto para as usinas de biodiesel.

TODOS NÓS PODEMOS COLABORAR

Deixar de produzir lixo é uma tarefa humanamente impossível. Mas diminuir a produção pode ser uma meta facilmente cumprida. Como? Reduzindo o desperdício, separando materiais recicláveis e reutilizando coisas, sempre que possível. Porque o lixo continua existindo depois que jogamos na lixeira.

Segundo o IBGE, 76% do lixo produzido nas cidades e no campo vão para os lixões e não recebem qualquer tratamento. À céu aberto, esse lixo provoca uma série de problemas ao meio ambiente, como contaminação do ar com gases poluentes e dos rios e águas subterrâneas com o chorume, aquele líquido que sai com a decomposição do lixo.

Por isso, além de reduzir a produção de lixo em nossa casa e trabalho, podemos colaborar também se conhecermos um pouco mais o lixo que produzimos.

EXISTEM VÁRIOS TIPOS DE LIXO:

- Domiciliar: o lixo produzido em nossas casas;
- Comercial: produzido em escritórios, bares e restaurantes etc;
- Público: lixo gerado nas ruas, feiras e mercados;
- Industrial: todo o mate-

rial sólido gerado na atividade industrial;

- Especial ou perigoso: pilhas, baterias, embalagens de agrotóxicos, de combustíveis, de remédios, venenos etc;

- Serviços de saúde: resíduos hospitalares, de farmácias e de laboratórios de análises químicas.

O lixo domiciliar, quando separado em casa, segue dois caminhos diferentes: o material orgânico é encaminhado para a compostagem, que é o processo que transforma os restos de alimentos em adubo. De acordo com o IBGE, apenas 9% de todo o lixo brasileiro vai para a compostagem. O mesmo não acontece com o lixo inorgânico. Graças às cooperativas e associações de catadores, grande parte do material vai para reciclagem. Com isso, milhares de pessoas sobrevivem trabalhando com produtos reciclados e o meio ambiente fica mais limpo.

As latas de cerveja e refrigerantes são os produtos mais visados no mercado de reciclagem. De acordo com o departamento de comunicação da empresa Rexam, que desde 2001 vem trabalhando com o sistema de reciclagem no país, cerca de 100 mil pessoas sobrevivem reciclando latinhas de alumínio. Essas pessoas garantem ao Brasil o terceiro lugar no ranking mun-

dial da reciclagem de latas de alumínio, com 78% de reutilização do material, em 2001. Com isso, em cada quilo de alumínio reciclado, poupamos 5 quilos de bauxita.

E tem mais: economizamos energia elétrica também. Ao reciclarmos mil quilos de alumínio, gastamos apenas 5% da energia que seria necessária para produzir a mesma quantidade de alumínio primário. Ou seja, economizamos 95% da energia que seria gasta no processo normal.

VIDROS

No Brasil, são recicladas 220.000 toneladas de vidro por ano. Parece muito, mas não é. Isso é apenas 28% das embalagens de vidro – garrafas, copos, cacos de vidro etc – que circulam por aí. O material é 100% reciclável, ou seja, um quilo de vidro reciclado gera um quilo de vidro novo. Nada se perde de matéria prima e ainda são economizados 30% de energia elétrica quando se recicla, se comparado à produção de vidro novo.

RECICLAGEM DE PAPEL

Reciclar papel também é um ato de amor. Afinal, para produzir uma tonelada do material, é necessário derrubar 12 árvores. Utilizar os dois lados da folha já é o primeiro passo. Produzir papel artesanal em casa, é outro.

GARRAFAS PET

As garrafas PET (polietileno tereftalato), juntamente com as sacolas plásticas de supermercado são hoje grandes agressores de nosso planeta. A reciclagem das garrafas gera uma economia de 30% na energia elétrica que seria utilizada para a

produção da resina virgem. E tem mais vantagens: a resina pode ser reciclada diversas vezes, sem apresentar perdas de qualidade; é um dos produtos mais utilizados na produção de artesanato; por ser resistente, já está sendo utilizada na produção de móveis.

NEM TUDO É RECICLÁVEL

Nem todo material, que pensamos ser reciclável, realmente é. Depende muito do interesse do mercado, da disponibilidade de tecnologia, do retorno financeiro para a indústria. O fator ambiental não consta nessa lista de ín-

dices de interesse. Por exemplo: fraldas descartáveis não são passíveis de reciclagem no Brasil. Falta tecnologia. Resultado: elas vão para os lixões e aterros.

Os materiais mais reciclados no Brasil são o vidro, o alumínio, o papel e o plástico.

Estímulo ao Brasil, estímulo aos catadores

Estimular a reciclagem é um dos principais objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, lançada em setembro último, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na ocasião, o presidente ressaltou como importantes parceiros do projeto, os catadores de lixo. “Eu não tenho dúvidas de que nós não teremos dificuldades de aprovar um projeto desses

dentro de alguns meses. Estou convencido disso. É só trabalhar. E se a gente não conseguir, então nós chamamos os catadores de lixo e eles vêm nos ajudar aqui a aprovar esse projeto”, disse Lula.

O presidente afirmou que a Política Nacional de Resíduos Sólidos simboliza o crescimento, reduz desigualdades e mostra respeito ao meio ambiente. “A proposta não trata apenas de

garantir a diminuição dos impactos ambientais, provocados pela disposição inadequada desses resíduos. Se aprovada, ela também proporcionará abertura de novos mercados, gerando trabalho, emprego, renda e promovendo o que é mais sagrado: a inclusão social.”

A Câmara dos Deputados, contudo, já está analisando o Projeto de Lei 520/07, que proíbe o uso de garrafas pet e estimula

o de embalagens recicláveis de vidro para alimentos e bebidas. Proposto pelo deputado Jovair Arantes (PTB-GO), o PL prevê prazo de seis anos para que as indústrias alimentícias se adaptem à nova legislação. Segundo o parlamentar, a produção e o consumo de garrafas pet é um dos mais graves problemas relacionados à gestão do lixo no Brasil, em especial nas áreas urbanas.

Tempo de Decomposição dos Materiais

AÇO

Mais de 100 anos

ALUMÍNIO

200 a 500 anos

CERÂMICA

indeterminado

CHICLETES

5 anos

CORDAS DE NYLON

30 anos

EMBALAGENS LONGA VIDA

Até 100 anos (alumínio)

EMBALAGENS PET

Mais de 100 anos

FILTROS DE CIGARROS

5 anos

PAPEL E PAPELÃO

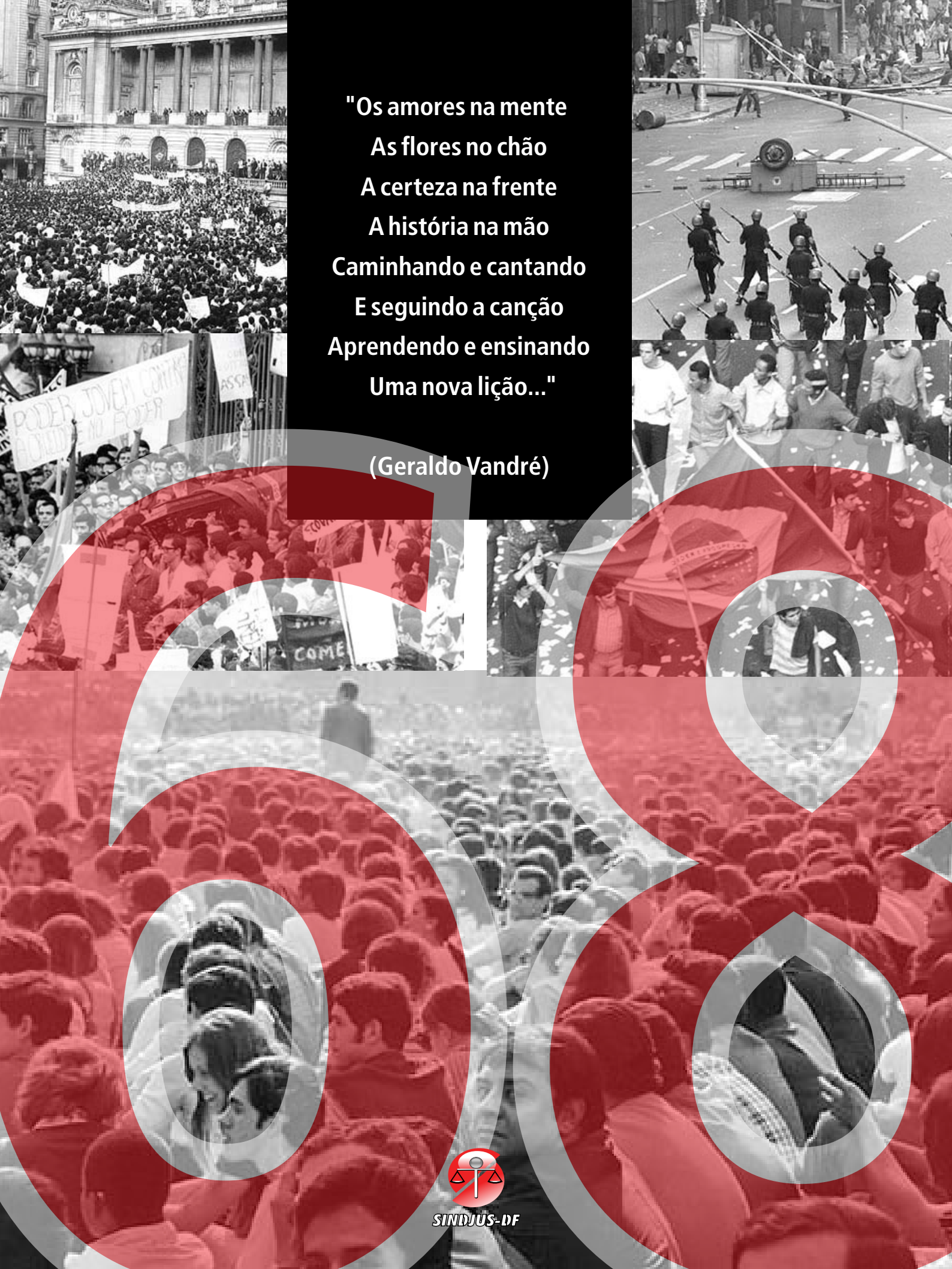
Cerca de 6 meses

PLÁSTICOS (EMBALAGENS, EQUIPAMENTOS)

Até 450 anos

SACOS E SACOLAS PLÁSTICAS

Mais de 100 anos



**"Os amores na mente
As flores no chão
A certeza na frente
A história na mão
Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Aprendendo e ensinando
Uma nova lição..."**

(Geraldo Vandré)



SINDIUS-DF